

MARCIA DE CASSIA MURARI QUESSA, brasileira, natural de São João da Boa Vista - SP, casada, nascida em 21/11/1959, empresaria, portadora da cédula de identidade RG 11.941.583-5 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 304.699.628-44, Rua Floriano Peixoto, 588, Centro, CEP 13870-060, São João da Boa Vista – SP.

O sócio **ADRIANO GERVASI**, já qualificado no preâmbulo ao sair da sociedade, cede e transfere 25.000 (Vinte e Cinco Mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (Um Real) no total de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais) a sócia ora admitida **MARCIA DE CASSIA MURARI QUESSA**, neste ato em moeda corrente nacional.

O sócio que se retira da sociedade dá a mais ampla e rasa quitação de seus direitos, nada mais tendo a reclamar em tempo algum quanto a seus direitos na sociedade.

O capital social é de **R\$ 50.000 (Cinquenta Mil Reais)** dividido em 50.000 (Cinquenta Mil) quotas no valor nominal R\$ 1,00 (um real), cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, pelos sócios na seguinte proporção:

ADRIANO MURARI QUESSA	50%	25.000	Quotas	R\$	25.000,00
MARCIA DE CASSIA MURARI QUESSA	50%	25.000	Quotas	R\$	25.000,00
TOTAL	100%	50.000	Quotas	R\$	50.000,00

Nos termos do art. 1.052 do Código Civil, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

A administração da sociedade caberá ao sócio **ADRIANO MURARI QUESSA** com os poderes e atribuições de para a prática, de forma **isolada**, de todos os atos pertinentes a gestão da sociedade, mediante a utilização da denominação social, ficando vedada a utilização desta em atividades estranhas ao interesse social e também contrair obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade nem por decorrência de lei especial, nem em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, conforme disposto no art. 1.011, § 1º, do Código Civil

À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

Marcia Quessa